

VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho. O Trabalho no Século XXI. Mudanças, impactos e perspectivas.

GT 11 - Empresas, Empresarios, Modelos Productivos y Trabajo

Corporações orgânicas empresariais e a “cidadania do capital”

Michelangelo Marques Torres. Professor do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e da Faculdade Sumaré. Mestre em Sociologia (Unicamp) e cientista social (Usp).

Corporações orgânicas empresariais e a “cidadania do capital”

No bojo das recentes dimensões da reestruturação produtiva do capital e da reengenharia empresarial corporativa, pós-reformas do Estado orientadas para o mercado, o empresariado e suas estratégias de intervenção social parecem ganhar visibilidade no campo econômico latino-americano. O presente artigo procura investigar o campo das corporações orgânicas do capital inseridas numa lógica de disputa hegemônica, representando não apenas importantes atores econômicos, mas, sobretudo, influentes atores políticos na sociedade civil. Para tanto, por meio da sociologia do trabalho e do estudo das instituições do capital, o *paper* mobiliza como investigação empírica o caso de duas instituições organizadoras do investimento social privado e da denominada Responsabilidade Social Empresarial no país.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Empresarial; Hegemonia; classes sociais

Objeto

A exposição argumentativa parte do enfoque de dois influentes exemplos institucionais que organizam as corporações empresariais no campo da Responsabilidade Social Empresarial, a partir de um enfoque relacional na compreensão das ações sociais do empresariado, doravante denominadas por RSE¹. Conforme identificamos em nossa pesquisa, a rede de organização burguesa no campo social é complexa e bem articulada, orientada por *corporações orgânicas do capital*, dentre as quais focalizamos, como objeto de estudo, a Comunitas e o GIFE.

Conforme se pode constatar, o interesse pelo tema da RSE é recente e tem sido crescente tanto entre o empresariado como entre os analistas e as políticas governamentais. Com isso, emergem as empresas consultoras que oferecem serviços e divulgam balanços sociais das empresas “parceiras”. Para se ter um exemplo, a partir dos anos 2000, a RSE passa a ser parte do tema global da “governança corporativa”, sendo amplamente incorporada pelo setor financeiro (PLIHON 2005). De tal modo que “o Brasil está em terceiro lugar no ranking das 100 empresas de países ‘emergentes’ com potencial para desafiar empresas transnacionais estadunidenses e europeias” (GARCIA, 2010:12).

Dado o aprisionamento à lógica financeira das corporações capitalistas e à conjuntura especulativa e dos acionistas ligados ao capital especulativo, as empresas foram forçadas a se envolverem crescentemente com os negócios de que não faziam parte de suas atividades originais, dado a reengenharia do planejamento empresarial e a gestão por critérios financeiros (CHESNAIS 1996; SERFATI 1998; PLIHON 2005; COSTA 2008), incluindo os grupos predominantemente industriais. No caso brasileiro, as corporações tiveram igualmente que gerir seus negócios orientados com a RSE², movimento que, conforme nos esforçaremos em demonstrar, vem crescendo progressivamente na última década.

¹ A partir daqui, adotaremos apenas a sigla RSE: Responsabilidade Social Empresarial – por ser a nomenclatura dominante na literatura de *management*. É preciso notar que compreendemos esse conceito enquanto uma expressão ideológica (no sentido de falsa consciência do real, nos termos da concepção expressa por Marx e Engels em *A ideologia alemã*), numa perspectiva crítica, portanto.

² Embora a gestão da RSE não seja um aprisionamento ao qual as corporações capitalistas estejam dependentes, como a lógica financeira, trata-se de um alinhamento estratégico por parte dos gestores empresariais.

Objetivo

O objetivo consiste em abordar a intervenção social das corporações empresariais no Brasil na última década. Nossa pesquisa visa a investigar a ação política dos gestores da burguesia, ou precisando melhor, a intervenção social do empresariado no Brasil a partir do fenômeno denominado RSE. Em que medida a RSE representa de fato uma nova mudança de comportamento empresarial em relação à filantropia e as tradicionais ações de caridade?

Por isso, focalizamos as instituições que, em rede, encampam a RSE, especializando-se em consultoria, promoção de debates e articulação do empresariado, as quais agregam um conjunto de empresas em torno da temática, de tal modo que o incursão analítico privilegiará a intervenção social desses organizadores do capital, enquanto componente de classe, heterogêneo, complexo e diversificado. A RSE é promovida por tais organizações que, quando não dirigentes, são catalisadoras do investimento social privado e da expansão do capital associado, definidoras de um consenso quanto à estratégia de tratamento das empresas com a “questão social” no período em curso.

Somado a isso, procuramos problematizar o denominado “terceiro setor”, por meio da análise crítica ao constructo teórico que o fundamenta, de inspiração habermasiana, bem como os principais mitos de seu discurso ideológico. Para tanto, o ponto de partida de nossa pesquisa foi a seguinte pergunta: ao procurarmos investigar o próprio discurso empresarial, no intuito de se identificar o que nele há de comum, em que medida pode-se dizer que as instituições corporativas do empresariado e de consultoria às empresas conseguem orientar as empresas e o próprio conjunto da sociedade, articulando uma determinada visão de mundo e um projeto de classe – no sentido de organização de um consenso hegemônico quanto ao enfrentamento da “questão social”, orientado pela ideologia neoliberal?

Destina-se, outrossim, uma preocupação especial em examinar as mudanças de investimento social das empresas entre os governos FHC1, FHC2, Lula1 e Lula2, bem como diante do contexto de crise internacional. Como esse contexto mundial interfere na ação social das empresas no país? Qual é o cenário da RSE no país e qual a sua tendência? Existe uma agenda social comum ao empresariado? Como ela é formulada? Trata-se de algo já institucionalizado ou em processo nas organizações empresariais, que

atuam em rede, apesar da diversidade de unidades de acumulação competitiva de que consistem?

Metodologia

Procedemos por meio de análise bibliográfica e documental. Uma ampla literatura foi mobilizada (das áreas de administração e gestão de empresas, economia, ciência política, direito, serviço social e sociologia), abrangendo desde os marcos teóricos de nossa análise até a produção bibliográfica recente a respeito da RSE (livros, artigos, dissertações, teses, matérias) – tanto do meio acadêmico quanto da própria literatura de negócios empresariais (*management*). Somado à análise desse tipo de literatura, lançamos mão de inúmeras pesquisas sobre ação social das empresas no Brasil e na América Latina.

Além da revisão bibliográfica na literatura especializada, o presente trabalho se valeu do material produzido pelas próprias empresas, fundações e institutos empresariais como fonte documental, por meio do exame de relatórios, periódicos e balanço social de organizações, fundações e institutos. Analisamos uma diversidade de dados relativos a termos que circundam nosso objeto: gestão empresarial, governança corporativa, investimento social, balanço social, agenda social, filantropia, marketing, trabalho voluntário, motivação de investimentos, *accountability*, planejamento e gestão, cidadania corporativa, ética nos negócios, sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, finanças sustentáveis, ação social, solidariedade, programas de inclusão, *stakeholder* e *stockholder*, terceiro setor, empresa cidadã.

Resultados

Conforme nossa análise, o período correspondente desde a gestão Collor à gestão Lula constitui uma nova fase de hegemonia política do capital financeiro no país, com destaque para os interesses dos investidores internacionais, bancos e fundos de investimentos nacionais. A passagem do período FHC2 para Lula1, segundo nossa análise, constitui o marco de uma nova fase do neoliberalismo no Brasil. Com base em Boito Junior (2003; 2006), durante o segundo mandato de FHC e o primeiro de Lula (período que abrange os anos de 1999 a 2006) se configurou uma maior moderação dos conflitos internos à burguesia (o que equivale a dizer que houve uma maior unidade de classe, e não homogeneidade), apesar da tensão constitutiva e competitividade interna à própria classe.

Os resultados de nossa pesquisa reforçam a hipótese de a existência de *corporação orgânica do capital* no campo da intervenção social do empresariado. Esse conceito que cunhamos se respalda no referencial conceitual gramsciano de “aparelhos privados de hegemonia”, ao mesmo tempo em que o reatualiza (incorporando-o integralmente, vale dizer) conforme as especificidades de nosso objeto. As corporações orgânicas do capital, nessa acepção, organizam suas empresas associadas (independente da fração de classe que representam), as quais constituem aparelhos privados de hegemonia; assumem, sobretudo, uma função de organicidade do empresariado e do capital (lembrando que, como destaca Gramsci em *A questão meridional*, pode haver aparelhos privados de contra-hegemonia não orientados pelo capital e sem sua organicidade). Poder-se-ia entender o termo também como aparelhos privados de hegemonia de base empresarial, o que precisa sua orientação de classe. Assim, apenas estamos definindo o cariz de classe de tais “aparelhos” empresariais não apenas no campo da reprodução, mas definidores de uma agenda social a intervir na questão social e no Estado, constituindo verdadeiras corporações reorientadoras de um projeto de classe em disputa. Precisando melhor, utilizamos a expressão *corporações orgânicas do capital* no lugar de aparelhos privados de hegemonia a fim de que se diferencie o GIFE e a Comunitas das empresas tomadas individualmente, dos partidos políticos, sindicatos e organizações de representação patronal (como a Fiesp, Febrabam CNI etc), associações, mídia e demais aparelhos privados.

Conforme entendemos (hipótese a qual procuramos inferir ao longo de nosso trabalho), o poder social das empresas se revela ainda mais imponente no contexto neoliberal do que em qualquer período precedente (BERNARDO 2004; LINHART 2007). As formas de gestão atual visam, sobretudo: a) ao controle e exploração do trabalho (no ambiente interno da empresa), que a RSE procura velar; b) à expansão do seu poder social do interior das empresas para a sociedade em geral, empreendimento em que se destacam as *corporações orgânicas do capital*; c) assumir relativa autonomia na pressão do mercado capitalista (privado) sobre o Estado burguês – contexto de expansão da lógica do “terceiro setor”. Poder político, direção ideológica e exploração econômica parecem constituir o tripé sobre o qual as corporações empresariais procuram afirmar entre si, numa incessante concorrência e disputa intercapitalista, o primado do sistema do capital sobre o conjunto dos trabalhadores.

A explosão recente do tema da RSE advém de um conjunto de mudanças no capitalismo contemporâneo, cujo entendimento a sociologia do trabalho pode contribuir. Num primeiro momento, identificamos a RSE como um fenômeno global e fator de competitividade intercapitalista. O fato é que nenhuma grande corporação empresarial pode se furtar a essa dinâmica de investimento social. A associação da RSE à marca das empresas revela que o investimento em RSE, a partir de discursos genéricos, induz à percepção segundo a qual melhores serviços são oferecidos à sociedade e ao mundo (ética, meio ambiente, direitos humanos, sustentabilidade e comunidades) pelas “empresas cidadãs”. Procuramos, ainda, demonstrar a existência de uma “rede de solidariedade” em que há coordenação entre as corporações e afinidades ideológicas alinhadas ao discurso de determinadas *corporações orgânicas do capital*, que constituem aglomerações do grande empresariado. Trata-se de uma rede de empresas integradas à RSE, cujas diretrizes são arquitetadas por centros hegemônicos corporativos. Por fim, trata-se de uma intervenção de novo tipo na questão social, despolitizando-a e reorganizando inclusive o seu tratamento por setores populares influenciados pelo “terceiro setor”.

As *corporações orgânicas do capital* contribuem nesse aparelhamento ideológico, ou seja, a burguesia deve colocar-se na perspectiva universal, apresentando-se como protagonista socialmente orientado, mas produtor de uma concepção única de mundo baseada em princípios éticos de solidariedade e sustentabilidade – trata-se do protagonismo ou ativismo social empresarial.